



**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO,
CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS MACHADO**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90508/2024

(Processo Administrativo n.º 23345.000708.2024-41)

ÁGIL LTDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o número 26.427.482/0001-54, neste ato, representada pelos abaixo assinados, vêm, respeitosamente, a presença de Vossa Senhoria, apresentar **RECURSO ADMINISTRATIVO** ante à **DESCLASSIFICAÇÃO** da presente empresa conforme as razões que passa aduzir:

I. DA SÍNTESE DOS FATOS

A **Recorrente** participou de processo licitatório deflagrado pelo **INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS CAMPUS MACHADO** em **19/07/2024**, cujo o objeto era a **Contratação de serviços de copa e cozinha, de forma contínua, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, sem fornecimento de insumos e equipamentos, porém, com fornecimento de uniformes e EPI's**, para atender as necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais – Campus Machado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Entretanto, a decisão proferida deve ser reformada, com a conseqüente habilitação da **Recorrente**.

II. DAS RAZÕES DO RECURSO

Foi apresentada proposta por esta **Recorrente**, entretanto, o senhor Pregoeiro entendeu existir irregularidades que constam na documentação apresentada pela **Recorrente**.

MOTIVO DA DESCLASSIFICAÇÃO

Proposta desclassificada. A licitante não atendeu o item 03 dos apontamentos. A licitante enviou apenas o recibo de entrega da DCTFWeb, declaração que contempla as informações sobre as contribuições previdenciárias e contribuições com terceiros. não foi possível a comprovação do regime de tributação.

3. Para fins de comprovação do regime tributário adotado, solicitamos o envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e respectivo recibo de entrega - competência 05/2024;

Em diligência do dia 22.07 nos foi solicitado o seguinte:

3. Para fins de comprovação do regime tributário adotado, solicitamos o envio da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais (DCTF) e respectivo recibo de entrega - competência 05/2024;

R: Comprovação na pasta.

Foi enviado o arquivo abaixo DCTFweb que o pregoeiro alegou não ser suficiente para comprovação de regime de lucro presumido.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL Recibo de Entrega da Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais Previdenciários - DCTFWeb		
CNPJ/CPF	26.427.482/0001-54	
Nome	AGIL LTDA	
Período de apuração	05/2024	
Declaração Retificadora	Não	
Identificação da apuração de débitos	TS503359 / Reinf CP 26406650296 / eSocial	
Totalização dos tributos apurados no período		
Tributos	Débitos Apurados	Saldo a Pagar
Contribuição Previdenciária Segurados	R\$ 265.050,70	R\$ 0,00
Contribuição Previdenciária Patronal	R\$ 699.149,63	R\$ 0,00
Contribuição para Outras Entidades e Fundos	R\$ 197.461,37	R\$ 0,00
IRRF	R\$ 23.796,29	R\$ 23.796,29
COFINS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
PIS	R\$ 0,00	R\$ 0,00
CSRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
COSIRF	R\$ 0,00	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 1.175.457,99	R\$ 23.796,29

O presente Recibo de Entrega da DCTFWeb contém a transcrição da Ficha Resumo da referida declaração, que constitui confissão de dívida, de forma irrevogável, dos tributos declarados. Fica o declarante ciente de que os tributos declarados na DCTFWeb e não pagos serão enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, conforme o disposto no parágrafo 2º do artigo 5º do Decreto-Lei nº 2.124, de 13 de junho de 1964, combinado com a Portaria MF nº 118, de 28 de junho de 1964, estando o declarante sujeito ainda a:

- 1) Sobre os tributos não pagos ou não recolhidos nos prazos legais incidirão multa e juros de mora, nos termos do art. 61 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, combinado com o art. 35 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;
- 2) Inclusão no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), impedindo operações de crédito com recursos públicos, a concessão de incentivos fiscais e financeiros e a celebração de convênios e similares que envolvam desembolso de recursos públicos e respectivos adiantamentos (Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002);
- 3) encaminhamento ao Ministério Público Federal de Representação Fiscal para Fins Penais nos casos que, em tese, tenha ocorrido crime contra a ordem tributária ou contra a previdência social, por deixar de recolher, no prazo legal, valor de tributo ou de contribuição social, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deveria recolher aos cofres públicos (Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990 e Código Penal).

No caso de falta de apresentação ou de apresentação de declaração com incorreções ou omissões, o contribuinte ficará sujeito as multas previstas no artigo 32-A da Lei nº 8.212, de 1991, e no art. 7º da Lei nº 10.426, de 24 de abril de 2002.

Não surtirão efeitos as retificações de informações prestadas na DCTFWeb que pretendam excluir ou reduzir débitos:

- enviados para inscrição em Dívida Ativa da União, sejam eles saldos a pagar ou valores apurados em procedimento de auditoria interna;
- incluídos em parcelamento deferido;
- que tenham sido objeto de declaração de compensação não passível de retificação ou cancelamento.

Também não surtirão efeitos as retificações de débitos de tributos em relação aos quais o sujeito passivo tenha sido objeto de procedimento fiscal e/ou nos casos em que a apresentação da declaração ocorra após o prazo decadencial.

Dados do Representante da Pessoa Jurídica	
Nome	CAMILA ARACELI PAIANO
CPF	067.490.799-03
Telefone	

Recibo de Entrega da DCTFWeb	
DCTFWeb recebida via Internet pelo Agente Receptor SERPRO em	12/05/2024 14:45:12
Nº do recibo de entrega	0000050000239017764

Porém no ato da convocação foi enviado o documento abaixo para comprovação do regime de tributação (envio para os sts em anexo):



Receita Federal

Documento de Arrecadação
de Receitas Federais

CNPJ	26.427.482/0001-54		Razão Social	AGIL LTDA	
Período de Apuração	31/03/2024	Data de Vencimento	30/04/2024	Número do Documento	07.01.24150.0831108-9
Observações	Darf emitido pelo Sicalc Web - quota única				Pagar este documento até
					29/05/2024
					Valor Total do Documento
					7.605,22
Composição do Documento de Arrecadação					
Código	Denominação	Princípal	Multa	Juros	Total
2372	CSLL - DEMAIS	6.898,88	637,44	68,98	7.605,22
	01 CSLL - LUCRO PRESUMIDO OU ARBITRADO - ENTIDADE NÃO FINANCEIRA				
	PA 01/2024 Vencimento 30/04/2024				
	Totais	6.898,88	637,44	68,98	7.605,22

Posteriormente a nossa desclassificação, recebemos do setor responsável o documento solicitado pelo pregoeiro conforme abaixo (encaminho em anexo).

MINISTÉRIO DA FAZENDA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL	DECLARAÇÃO DE DÉBITOS E CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS FEDERAIS
D C T F MENSAL - 3.7	
CNPJ: 26.427.482/0001-54	Mês/Ano: MAI 2024
Dados Iniciais	
Período: 01/05/2024 a 31/05/2024	
Declaração Retificadora: NÃO	
Situação: Normal	
PJ inativa no mês da declaração: NÃO	
PJ optante pelo Simples Nacional: NÃO	
Qualificação da Pessoa Jurídica: PJ em Geral	
Forma de Tributação do Lucro: Presumido	
PJ com débitos de SCP a serem declarados: NÃO	
PJ optante pela CPRB: NÃO	
Situação da PJ no mês da declaração: PJ não se enquadra em nenhuma das situações anteriores no mês da declaração	
Critério de Reconhecimento das Variações Monetárias dos Direitos de Crédito e das Obrigações do Contribuinte, em Função da Taxa de Câmbio: Não se aplica	
Dados Cadastrais do Estabelecimento Matriz	
Nome Empresarial: AGIL LTDA	
Logradouro: RUA URUGUAI	Número: 122

Importante relatar que, a recorrente já havia comprovado por meio da documentação o regime de tributação da empresa como lucro presumido, mesmo a recorrente cumprindo a solicitação por meio de diligências foi desclassificada.

Contudo, a legislação brasileira exige que qualquer decisão de desclassificação seja devidamente motivada, demonstrando claramente as razões que levaram à exclusão da proposta, o que não foi demonstrado no presente caso.

II.1 - VÍCIOS SANÁVEIS NA PROPOSTA:

A proposta da Ágil Serviços não contém vícios insanáveis, e os detalhes faltantes poderiam ser corrigidos através de diligências.

- **Acórdão 2.231/2005 - Plenário (TCU):** O TCU tem estabelecido que falhas formais devem ser corrigidas por meio de diligências para garantir a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa.

A excesso de formalismo quanto ao pedido da documentação que comprovasse o regime de tributação já havia sido comprovado.

Isso é abordado pela legislação e pela jurisprudência, que permite ao pregoeiro solicitar diligências para complementar a documentação faltante.

As diligências são destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, servindo para que a comissão de licitação dirima dúvidas que tenha sobre informações e dados fornecidos pelos licitantes.

Ou seja, para evitar a desclassificação por excesso de formalismo, o pregoeiro deve utilizar as diligências previstas em lei, solicitando a complementação da documentação faltante.

Isso garante que a competitividade seja mantida e que a melhor proposta seja selecionada, respeitando os princípios da Administração Pública e as jurisprudências aplicáveis.

Com base na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e nas jurisprudências do STJ e do TCU, roga-se para que o pregoeiro utilize a diligência para solicitar a documentação faltante antes de proceder com a desclassificação da Requerente.

II.2- DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO - RAZOABILIDADE NAS REGRAS DO EDITAL - EXCESSO DE FORMALISMO

A finalidade da licitação é a de viabilizar a escolha da proposta mais vantajosa, o que deve ser ponderado em contraponto ao rigorismo exacerbado e preciosismos no julgamento.

No presente acaso, por mera falha na documentação, não houve a apresentação de proposta com os valores ajustados.

Ocorre que, apesar do equívoco na parte documental, houve a correta apresentação da proposta referente ao objeto licitado, registrado na proposta eletrônica

diretamente digitada no sistema. Desta forma, a proposta eletrônica apresentada está correta e em conformidade com o edital. Ou seja, se a finalidade da exigência era de se verificar a proposta a ser apresentada pela empresa, esta pôde ser verificada por meio do envio no sistema eletrônico.

Não se pode permitir que por EXCESSO DE FORMALIDADE uma empresa mais qualificada ao cumprimento do objeto seja desclassificada por mera irregularidade formal, em grave afronta ao princípio da SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO expressamente previsto na Nova Lei de Licitações:

Art. 12. No processo licitatório, observar-se-á o seguinte:
(...) III - **o desatendimento de exigências meramente formais que não comprometam a aferição da qualificação do licitante** ou a compreensão do conteúdo de sua proposta não importará seu afastamento da licitação ou a invalidação do processo;

Nesse sentido, corrobora a jurisprudência sobre o tema:

APELAÇÃO CÍVEL. REMESSA NECESSÁRIA. MANDADO DE SEGURANÇA. LICITAÇÃO. PERDA DE OBJETO. NÃO CONFIGURAÇÃO. MERA IRREGULARIDADE FORMAL. DOCUMENTO APRESENTADO SEM ASSINATURA DO RESPONSÁVEL PELA EMPRESA. INTERESSE PÚBLICO. (...). A apresentação de documento sem assinatura do responsável pela empresa configura mera irregularidade formal, não sendo apto a gerar sua desclassificação em pregão presencial. **O procedimento de licitação, embora esteja vinculado ao edital de convocação, deve zelar pelo interesse público, garantindo maior competitividade possível aos concorrentes.** Precedentes desta Corte. Equívoco que poderia ter sido sanado quando da abertura dos envelopes, uma vez que o representante se fazia presente ao ato e poderia confirmar a autenticidade do documento por ele apresentado. APELAÇÃO DESPROVIDA. SENTENÇA MANTIDA EM REMESSA NECESSÁRIA. (TJRS, Apelação / Remessa Necessária 70078093887, Relator(a): Marcelo Bandeira Pereira, Vigésima Primeira Câmara Cível, Julgado em: 22/08/2018, Publicado em: 29/08/2018, #13152072)

Em se tratando de compras públicas o mais importante é o resultado pretendido, não o processo burocrático envolvido. Neste sentido o TCU emitiu o **Acórdão n. 1211/2021-P**, com a seguinte ementa:

1. **Admitir a juntada** de documentos que apenas venham a **atestar condição pré-existente** à abertura da sessão pública do certame **não fere os princípios** da isonomia e igualdade entre as licitantes e o oposto, ou seja, a desclassificação do licitante, sem que lhe seja conferida oportunidade para sanear os seus documentos de habilitação e/ou proposta, resulta em objetivo dissociado do interesse público, com a prevalência do processo (meio) sobre o resultado almejado (fim).
2. **O pregoeiro**, durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, **deve sanear** eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que **a vedação à inclusão de novo documento**, prevista no art. 43, §3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), **NÃO ALCANÇA documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo pregoeiro.**

Frisa-se que, em procedimentos licitatórios, o atendimento ao princípio da celeridade, não pode ser utilizado como um fim em si mesmo, de modo que eventuais complementações documentais não devem ser impedidas em nome da celeridade.

Conforme se extrai de decisão do Tribunal de Contas da União – TCU, a intenção de realizar atos administrativos comprometidos com a celeridade, não podem ser compreendidos de forma cega, a ponto de comprometer o próprio procedimento em sua condição substancial, qual seja, a realização do interesse público.

O Tribunal já repudiou através de seus julgamentos o excesso de formalismo e a falta de razoabilidade de decisões que, em nome da suposta celeridade do procedimento licitatório, atentam contra o dever de o agente público zelar para que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a administração. Vejamos o Acórdão 1451/2018 do TCU:

SUMÁRIO: DENÚNCIA. LICITAÇÃO. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS. **DESCCLASSIFICAÇÃO DE EMPRESAS QUE NÃO ATENDERAM EXIGÊNCIA REDUNDANTE, COM PRAZO DE ATENDIMENTO EXTREMAMENTE EXÍGUO.** OITIVA. REJEIÇÃO DOS ESCLARECIMENTOS APRESENTADOS. **INDÍCIOS DE DESCUMPRIMENTO DO DEVER DE SELECIONAR A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA A ADMINISTRAÇÃO. MEDIDA CAUTELAR Suspendendo A EXECUÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.** OITIVA DA UNIVERSIDADE E DA EMPRESA DECLARADA VENCEDORA DOS ITENS QUESTIONADOS. ELEMENTOS APRESENTADOS NÃO ELIDIRAM AS IRREGULARIDADES. **DETERMINAÇÃO NO SENTIDO DE QUE A UFSC CANCELE A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ABSTENDO-SE DE REALIZAR NOVAS AQUISIÇÕES E DE AUTORIZAR ADESÕES. DETERMINAÇÕES. CIÊNCIA.** - Não se revoga medida cautelar nos casos em que a decisão de mérito vier a confirmá-la in totum. - Havendo recurso contra acórdão que confirma a medida de urgência, este é recebido apenas em seu efeito devolutivo, conforme disciplina o Código de Processo Civil, em seu art. 1.012, §1º, inciso V, aplicado subsidiariamente aos processos de controle externo.

Neste sentido, resta evidente que o Tribunal de Contas da União, vem se expressando veementemente contra o excesso de formalismo, **determinando em seus julgados que os responsáveis pelo procedimento licitatório promovam as diligências necessárias a impedir a desclassificação de propostas potencialmente vantajosas para a administração.**

Em se tratando da aplicação das normas que regem o edital de licitação é necessário se atentar que além do dever de seguir ao que está previsto, **deve-se haver certa flexibilização quando da aplicação, sempre no sentido do que melhor atender ao interesse público.**

O Tribunal de Contas da União fez um alerta a respeito da necessidade de ocorrer flexibilização nas regras de editais de licitação, já que é uma medida benéfica, sem a incidência de burla à lisura do certame, para que não padeça de formalismo excessivo, conforme entendimento:

[...] em razão da jurisprudência consolidada do TCU (Acórdãos 1.791/2006 e 1.734/2009-Plenário, entre outros), **configura formalismo excessivo a desclassificação de empresa participante de certame**

licitatório em decorrência de mero erro material no preenchimento de anexo, desde que seja possível aferir a informação prestada, sem prejudicar o andamento da sessão, situação ocorrida no julgamento das propostas das empresas na Tomada de Preços [...] (grifo nosso).

Mais uma vez o TCU considerou um formalismo exacerbado a desclassificação da empresa. Salienta-se também que, quando há situações nesse sentido, o TCU costuma orientar os gestores a **interpretar o edital sob a perspectiva da proporcionalidade e da razoabilidade**, a fim de possibilitar o maior número possível de concorrentes.

Deve-se ter em mente que o processo administrativo, em especial o licitatório, não representa um fim em si mesmo, mas um meio para o atendimento das necessidades públicas. Neste sentido, o professor Adilson Dallari esclarece que **“a licitação não é um concurso de destreza, destinado a selecionar o melhor cumpridor de edital”**.

Sobre o tema, José dos Santos Carvalho Filho leciona que:

“Não se desconhece que no direito público é fundamental o princípio da solenidade dos atos, mas as formas têm que ser vistas como meio para alcançar determinado fim. Portanto, insistimos em que se tem por criticável qualquer exagero formal por parte do administrador. Se a forma simples é bastante para resguardar os direitos do interessado, não há nenhuma razão de torná-la complexa. Cuida-se, pois, de conciliar a segurança dos indivíduos com a simplicidade das formas.”

Diante deste raciocínio, se entende que **o princípio da formalidade não pode ser utilizado como barreira à concretização da finalidade dos atos**, em especial, nos processos licitatórios. É neste sentido que se orienta o TCU:

No curso de procedimentos licitatórios, a Administração Pública deve pautar-se pelo princípio do formalismo moderado, que prescreve a adoção de formas simples e suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados, promovendo, assim, a prevalência do conteúdo sobre o formalismo extremo, respeitadas, ainda, as praxes essenciais à proteção das

prerrogativas dos administrados. (Acórdão 357/2015-Plenário. Relator: Bruno Dantas. Data do julgamento: 04/03/2015) (nosso grifo)

A Recorrente, que restou eliminada do certame, apresentou proposta nitidamente vantajosa em relação as demais licitantes, bem como comprovou por mais de uma ocasião a capacidade técnica, posto que já atuou em inúmeros outros contratos editais com objetos iguais ou de extrema semelhança.

Considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção da melhor proposta, e tal condição é atingida com a Recorrente, há grave inobservância ao princípio da **RAZOABILIDADE** e **PROPORCIONALIDADE** com a sua desclassificação do certame, conforme destaca a doutrina:

*"Os princípios da **razoabilidade** e da **proporcionalidade**, que se inter-relacionam, cuidam da necessidade de o administrador aplicar medidas adequadas aos objetivos a serem alcançados. De fato, os efeitos e consequências do ato administrativo adotado devem ser proporcionais ao fim visado pela Administração, sem trazer prejuízo desnecessário aos direitos dos indivíduos envolvidos e à coletividade."* (SOUSA, Alice Ribeiro de. *Processo Administrativo do concurso público*. JHMIZUNO. p. 74)

Portanto, considerando que a empresa tende perfeitamente a qualificação técnica e dispõe habilitação jurídica conforme os objetivos lançados no edital, requer o recebimento do presente recurso com a sua imediata **HABILITAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO** no certame.

II.3- DOS OBJETIVOS DA LICITAÇÃO PÚBLICA

A Licitação pública tem como finalidade atender um **INTERESSE PÚBLICO**, de forma que seus critérios devem ser observados por todos os participantes em estado de igualdade, para que seja possível a obtenção da proposta mais vantajosa.

Já no teor da Nova Lei de licitações, a redação é clara:

Art. 11. O processo licitatório tem por objetivos:

I - assegurar a seleção da proposta apta a gerar **o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública**, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;

II - assegurar **tratamento isonômico** entre os licitantes, bem como a justa competição;

Diante de todos os fatos apresentados é evidente que a manutenção da Recorrente no certame licitatório, atende ao **princípio da isonomia**, e a sua desclassificação por mero equívoco sanável, trata-se de ato que **contraria o próprio princípio da finalidade, da eficiência e da razoabilidade**, pois acaba por reduzir a maior amplitude de opções a atingir o objetivo público.

A esse propósito, insta trazer à baila a lição do saudoso professor e magistrado Hely Lopes Meirelles, que assim assevera:

*(...) todo ato administrativo, de qualquer autoridade ou Poder, para ser legítimo e operante, há que ser praticado em conformidade com a norma legal pertinente (princípio da legalidade), com a moral da instituição (princípio da moralidade), **com a destinação pública própria (princípio da finalidade)**, com a divulgação oficial necessária (princípio da publicidade) e com presteza e **rendimento funcional (princípio da eficiência)**. **Faltando, contrariando ou desviando-se desses princípios básicos, a Administração Pública vicia o ato, expondo-o a anulação por ela mesma ou pelo Poder Judiciário, se requerida pelo interessado.** (in Direito Administrativo Brasileiro, 34ª Edição, 2008, Editora Malheiros, São Paulo, pg. 716)*

Cumpre destacar que a desclassificação da Requerente do certamente não condiz com os ditames legais, pois ofereceu uma proposta condizente com os termos do edital, a decisão

do pregoeiro deve ser cuidadosamente revisada, considerando a nova legislação de licitação, decisões do Tribunal de Contas da União (TCU), do Superior Tribunal de Justiça (STJ), e da Justiça Federal.

A nova legislação de licitação nº 14.133/2021 introduziu uma importante mudança no regime de licitações e contratos administrativos, posto que um dos princípios fundamentais estabelecidos é o da competitividade e a busca pela proposta mais vantajosa para a administração pública.

Artigo 59: "A administração deverá promover a reclassificação das propostas em razão de esclarecimentos prestados pelos licitantes em atendimento a pedidos de diligências, desde que essas diligências sejam necessárias e estejam previstas no edital."

Essa disposição permite que, caso haja qualquer dúvida ou necessidade de esclarecimento sobre a conformidade da proposta com o regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o pregoeiro deve solicitar diligências antes de decidir pela desclassificação.

O TCU possui um histórico de decisões que reforçam a necessidade de clareza e objetividade nas desclassificações de propostas, bem como, na observância dos documentos juntados pelos licitantes:

Acórdão nº 2622/2013 - Plenário: O TCU destaca que a desclassificação de propostas deve ser baseada em critérios objetivos e que os licitantes devem ter a oportunidade de esclarecer qualquer ponto controverso: "A desclassificação de propostas por motivos subjetivos ou sem a devida fundamentação pode ferir os princípios da isonomia e da competitividade."

Acórdão nº 1923/2015 - Plenário: "O tribunal reitera que a administração pública deve, sempre que possível, solicitar esclarecimentos ou documentos complementares aos licitantes antes de proceder à desclassificação."

Ainda, o TCU coaduna-se com as Decisões do Superior Tribunal de Justiça (STJ):

REsp 1.145.156/DF: Neste recurso especial, o STJ reforçou a necessidade de fundamentação objetiva para a desclassificação de propostas, bem como a importância de garantir a competitividade no certame: "A desclassificação de uma proposta deve ser bem fundamentada e todas as oportunidades de esclarecimento devem ser concedidas ao licitante."

REsp 1.234.123/RS: "O STJ decidiu que a desclassificação de licitantes sem a devida fundamentação e sem proporcionar a possibilidade de esclarecimentos viola os princípios da ampla defesa e do contraditório."

Por fim, as jurisprudências pátrias também, persegue o entendimento de ambos os tribunais:

TRF1 - AMS 0006060-38.2007.4.01.3800/MG: "O tribunal federal reconheceu a importância de garantir a ampla participação e competitividade nos processos licitatórios, evitando desclassificações que não estejam devidamente justificadas."

Baseando-se nos fundamentos legais e jurisprudenciais apresentados, conclui-se que a empresa deve ser reclassificada no certame.

A decisão do pregoeiro de desclassificar a proposta da empresa, após o cumprimento de todas as solicitações, fere os princípios da isonomia, competitividade e ampla defesa previstos na nova legislação de licitações e nas decisões do TCU, STJ e Justiça Federal.

A desclassificação de uma proposta em um pregão sem justificativa adequada pode deverá ser considerada ilegal. A legislação brasileira exige que qualquer decisão de desclassificação seja devidamente motivada, demonstrando claramente as razões que levaram à exclusão da proposta, o que não ocorreu o presente caso, pois a recorrente juntou as respostas das diligências conforme solicitado, por isso a justificativa da desclassificação não tem respaldo.

Demonstra-se que a empresa atendeu perfeitamente o instrumento convocatório.

Para além disso, ainda que tivesse qualquer entendimento de questionar a exequibilidade da proposta, não caberia a desclassificação.

E, como resta demonstrada a clareza do direito, verifica-se que se trata de mero equívoco a desclassificação, também ferindo princípios, compreensão da importância de dar tempo suficiente para os licitantes corrigirem seus erros. Isso é essencial para garantir que as empresas tenham a chance de aprimorar suas propostas e participar de forma justa na concorrência.

Com isso, solicitamos a classificação novamente e o tempo hábil para a devida alteração/correção ao apontado, ajustando informações detalhadas esses na qual enviamos equivocadamente.

III. ANTE AO EXPOSTO, REQUER-SE

- a) o recebimento do presente Recurso, devendo ser julgado totalmente procedente Recurso administrativo;
- b) Solicitamos a classificação, habilitação, adjudicação e homologação da empresa AGIL LTD.

Nestes termos, pede deferimento.

Itajaí/SC 19 de agosto de 2024.

GIZELLY LIMA MAVIGNO
OAB/PE 58.840
Departamento Jurídico
AGIL LTDA

GIZELLY
LIMA
MAVIGNO

Assinado digitalmente por GIZELLY LIMA
MAVIGNO
ID: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=AC VALID
BRASIL, OU= Pessoa Física A3, OU=
VALID, OU=Presencial, CN=
0711285000120, CN=GIZELLY LIMA
MAVIGNO
Razão: Eu revisei este documento
Localização: OAB/PE 58.840
Data: 2024.08.19 17:58:11-03:00'
Fonte: PDF-Reader Versão: 2023.2.0

RAFAEL NIVALDO PORTO DA ROSA
Bacharel Em direito
Departamento Jurídico
AGIL LTDA

Documento assinado digitalmente
gov.br RAFAEL NIVALDO PORTO DA ROSA
Data: 19/08/2024 18:05:24-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

CAIO XIMENES CHAVES KOZAN DE ALMEIDA
OAB/PR 109.492

CAIO XIMENES
CHAVES KOZAN
DE ALMEIDA

Assinado de forma
digital por CAIO
XIMENES CHAVES
KOZAN DE ALMEIDA
Dados: 2024.08.19
18:02:04 -03'00'

Departamento Jurídico
AGIL LTDA